

FAC

* 8 ABR 1997

CORREIO BRAZILIENSE

Presidente cobra reforma da Justiça

Ao discursar durante criação da Secretaria de Direitos Humanos, presidente classifica a impunidade como uma vergonha nacional

O presidente Fernando Henrique criticou duramente o Judiciário durante a cerimônia de criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Ele cobrou da Justiça punição para os responsáveis por atos bárbaros como a chacina de Eldorado de Carajás (PA) e a violência policial em Diadema (SP).

Disse que para o país avançar no campo da cidadania não podem haver "pruridos autonomistas" dos Poderes da República. Por fim, sugeriu que o Judiciário faça também sua reforma.

Ao discursar, chamou de "uma das vergonhas do Brasil" a impunidade,

mesmo um ano depois, dos PMs que mataram 19 sem-terra no Pará.

"A matança de Eldorado de Carajás é uma das vergonhas do Brasil. Apesar da apuração das responsabilidades não ser de competência do governo federal, o ministro Jobim foi até lá na época e voltou recentemente para reorientar os processos. Mas me trouxe com tristeza a notícia que o julgamento dos culpados, na melhor das hipóteses, só acontecerá depois do ano 2000", afirmou.

O presidente lançou um pacote de medidas de defesa dos direitos humanos. Para mostrar o empenho do

governo nessa questão, Fernando Henrique sancionou ontem a lei que tipifica (define) o crime de tortura, além de criar a nova secretaria, a ser comandada por seu amigo José Gregori, que acumulará a nova função com as antigas atribuições de chefe de Gabinete do Ministério da Justiça.

PARCERIA

O presidente fez questão de ressaltar, porém, que o governo não tem condições de resolver o problema sozinho. Para obter mais conquistas no campo dos direitos humanos, ele propôs uma parceria entre os Poderes:

"Não podemos nos conformar simplesmente com a nossa pouca capacidade de ação diante da violência e dos desmandos. Vivemos numa democracia e queremos preservá-la. Essa condição legal tem que ser mantida e requer um diálogo constante do

Legislativo com o Executivo e de todos nós com o Judiciário, sem falsos pruridos autonomistas, porque o mais importante de tudo é o interesse do povo. E o interesse do povo exige harmonia entre os Poderes".

Segundo o presidente, por mais que o governo se empenhe, muitas vezes falta-lhe instrumentos legais para impedir injustiças e o desrespeito à cidadania.

"Isto é razão adicional, senhores legisladores, para que nós mudemos as leis, para que o Judiciário entenda que é preciso, sim, uma atitude de reforma dele próprio, como nós aqui do Executivo fazemos com as nossas próprias situações. Sem que nós realmente nos ponhamos à disposição do país para que ele mude, por mais que se faça, sempre haverá impunidade, sempre haverá incoerência dos nossos atos, porque nós

não temos condição legal muitas vezes para avançar mais", afirmou.

SEGURANÇA

Dentro do pacote de medidas assinadas ontem foi sancionada a lei que institui o registro único de identidade civil e criada a comissão especial de apuração de patrimônios nazistas.

De manhã, antes de se desligar do cargo, o ministro Nelson Jobim explicou a criação de uma comissão que vai estudar um novo modelo de segurança pública para o país. A comissão será composta por representantes do governo e da sociedade civil e ainda não tem data para ser instalada.

Segundo Jobim, o atual modelo das instituições policiais não vem respondendo às necessidades do país.

■ Leia mais sobre Fernando Henrique Cardoso na página 14.